

## Lins quer novo prazo de emendas

O deputado José Lins (PFL/CE), solicitou hoje à Comissão de Sistematização que encaminhe ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pedido de autorização para que sejam apresentadas durante dez dias emendas ao substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral, apresentará em agosto, ao invés dos dois previstos no Regimento. A fórmula apresentada por Lins — e aprovada pela Comissão — reduz de 25 para 15 dias o prazo destinado a apreciação de emendas de plenário, pelo relator, e transforma os dez dias tirados em período de emendas ao substitutivo.

Segundo José Lins, as emendas deverão ser de todo tipo, inclusive de mérito, ao contrário do que está hoje no Regimento, "que só prevê apresentação de emendas sobre matérias inteiramente novas e apenas durante 48 horas", explicou. O deputado disse que pleiteia o que já foi adotado anteriormente pela Mesa da Constituinte, quando ainda na fase das Comissões Temáticas, foi aberto prazo para apresentação de emendas aos pareceres dos relatores. "E apenas uma mudança no calendário.

## Calendário de debates sem apoio

Se o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, decidirem apoiar a proposta do deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) de convocar sessões extraordinárias da Constituinte, das 9 às 13h de terças, quartas e quintas, para a discussão ordenada do anteprojeto de Constituição, a partir do dia 4 de agosto alguns temas prioritários passarão a ser debatidos. Na sessão de ontem, o deputado Bocaliúva Cunha (PDT-RJ) sugeriu um calendário que faz uma adequação da proposta inicial apresentada pelo vice-líder do PT, deputado Plínio Sampaio (SP), à solução dada por Aldo Arantes.

Plínio acredita que um plenário cheio é uma demonstração de legislativo forte. "O que a gente pretende, com esta proposta, é resguardar a dignidade do debate parlamentar", afirmou ontem, pouco antes do deputado Adilson Motta (PDS-RS) pedir verificação de quorum à Mesa pela evidência da falta de número suficiente para a realização da sessão. "Final", continuou o vice-líder do PT, "precisamos fazer uma Constituição de plenário e não de corredor". Ele lembrou que só faltam o PFL e o PMDB apoiarem a proposta de ordenação do debate dos temas constitucionais.

Bocaliúva Cunha elaborou um calendário agrupando os "temas prioritários para debate em plenário". Serão debatidos: educação (dia 4), Estados e Municípios (5), reforma agrária (6), economia, propriedade e empresa (11), direitos trabalhistas, sindicalismo e greve (12), presidencialismo e parlamentarismo (13), sistema eleitoral e voto distrital (18), reforma urbana (19), saúde e previdência (20) e Poder Judiciário (21).

## Cartilha da Fenen gera denúncias

A notícia de que a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino — Fenen está se mobilizando para interferir na votação do anteprojeto de Constituição, marcando presença nas galerias com "grito", discussão, insulto, provocação, briga, expulsão, constrangimento e tudo mais" foi mal recebida pelos constituintes da esquerda na sessão de ontem da Assembléia Nacional Constituinte. O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) qualificou de "nazista e fascista" a tropa de ocupação que a entidade pretende colocar dentro do Congresso Nacional para exercer pressão sobre a votação.

Com a "cartilha" da Fenen na mão, o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) reforçou a denúncia colocada por Aldo Arantes. Ele reiterou uma solicitação à Mesa, no sentido de tomar providências sobre o fato confirmado de que a Federação se prepara para ocupar as galerias. Este boletim, contendo detalhes dos acertos que a entidade vem realizando para marcar presença junto aos constituintes e obter vantagens às escolas particulares, deixa clara a influência da Fenen para a derrota do substitutivo do relator Artur da Távora da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

# Cabral condena "voto de desconfiança"

Relator se irritou com a proposta que permite a apresentação de substitutivos

GIVALDO BARBOSA



Embora insatisfeito, Cabral promete não lutar contra a proposta de Alvaro Valle

## Deputados decretam as próprias férias

"O deputado está em férias, só volta dia 3 de agosto". A frase, de uma assessora do deputado Afif Domingos (PL-SP) espelha bem o que está acontecendo no Congresso neste mês de julho. Ontem, apenas 209 dos 559 constituintes assinaram a lista de presença — e foi quase sem folga que se atingiu o quorum mínimo (57 parlamentares) para a abertura da sessão. Um motivo apontado para a debandada é a insipidez que tomou conta do plenário, onde um monótono pinga-fogo substituiu o esperado debate sobre a nova Carta.

"Sempre há quem de um jeito de enfiar no discurso o problema do preço da carne suína ou das professoras de Muriaé", ironiza o deputado Alceci Guerra (PFL-PR), apostando na consistência de uma proposta do PT: é preciso determinar o tema de cada sessão, para forçar o debate e tornar as sessões mais importantes e mais interessantes. Do jeito que está, ninguém tem dúvidas de que começaremos agosto com o plenário vazio. A lista de presenças de ontem indicava que mais da metade dos constituintes estão fora de Brasília. Um punhado de telefonemas para gabinetes tem idêntico resultado. Um passeio pela Câmara e pelo Senado, idem.

Decerto, a sala de café da Câmara está economizando rapidamente o gasto extra ocasionado pela fervilhante convenção do PMDB. O balcão esteve praticamente vazio a maior parte do tempo. Nos corredores, parece que até os lobistas estão de férias. No anexo IV, onde fica a grande parte dos gabinetes,

há um silêncio inusitado. De 34 telefonemas disparados para gabinetes de deputados ontem — entre as 16 e as 18h —, quatro não foram sequer atendidos. Nos demais, apurou-se que 17 dos ocupantes estão viajando, enquanto sete estavam em plenário e três em Brasília, mas não na Câmara.

"O deputado esteve em Brasília, mas viajou de novo. Deve voltar segunda-feira", informou, solicita, uma assessora de José Freire (PMDB-GO). O sempre ausente Alair Ferreira volta "pra semana", segundo um assessor. Afif "está de férias". Para o gabinete de seu colega Adolfo Oliveira (PL-RJ), é inútil telefonar pelo menos desde sexta-feira. Na liderança, o retorno é previsto para dia 27.

"TRABALHANDO"  
"Tem muita gente boa trabalhando. Temos um grupo debruçado sobre o anteprojeto. Você pode ficar tranquilo", garantia ao repórter, às 18h, de malas prontas para viajar para seu estado, o deputado Maurício Campos (PFL-MG). A exemplo de Alceci Guerra, ele concorda com a tese de que, da forma como estão organizadas, as sessões plenárias não atraem político algum — mas eles têm pontos de vista absolutamente distintos sobre a questão.

Guerra — que se confessa obrigado a "atuar" no plenário por estar exercendo a liderança de sua bancada — vê com preocupação o marasmo vigente após os últimos acontecimentos de peso no Congresso, a votação do anteprojeto do relator Bernardo Cabral e a convenção do

PMDB. Campos acha que esta fase de plenário não é mesmo importante e que os debates "vão pegar fogo" a partir de 5 de agosto. "Vocês vão ver", assegura.

Pelas bandas do PT, a visão é outra. Para o deputado paulista Eduardo Jorge, que ontem assinava emendas em seu gabinete, as forças dominantes da Assembléia Nacional Constituinte — o PFL e a maioria da bancada do PMDB — não têm interesse em alterar o regimento e dar a cada sessão um tema específico porque isto seria um fator positivo para a mobilização popular, polarizando as discussões e levando o plenário a debater sempre com as galerias cheias.

Além, ontem, quando a sessão foi aberta, havia mais gente nas galerias do que lá embaixo, embora a diferença não fosse grande. Em cima, cerca de 70 pessoas; embaixo, uns 60 deputados e senadores. "É um horror", definiu a professora Joaquina de Oliveira, já pensando em ir embora, enquanto o deputado Arnaldo Faria de Sá lia monotonamente a lista de constituintes, para aferir se havia número suficiente para a abertura da sessão.

Joaquina, uma professora de 28 anos, veio de Santa Catarina para participar da Conferência Nacional de Educação, onde um dos pratos principais é exatamente o anteprojeto de Bernardo Cabral. Ela só não se decepcionou, em sua visita ao Congresso, porque nunca teve ilusões com a Constituinte, que tende a escrever uma Carta muito distante de seu pensamento político.

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), interpretou ontem como um ato de desconfiança em relação ao seu trabalho a movimentação do grupo denominado "Bloco Suprapartidário contra a esquerda na Constituinte", que está patrocinando projeto de resolução para emendar o regimento da Constituinte, de forma a permitir a apresentação de até três substitutivos, além do que será costurado por Cabral. O projeto, encaminhado ontem à noite à Mesa da Constituinte com as 96 assinaturas exigidas, foi assinado pelo deputado Alvaro Valle (PL-RJ), mas tem como mais fortes avalistas o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e os líderes Amaral Netto (PDS-RJ), José Lourenço (PFL-BA) e Gastone Righi (PTB-SP).

De acordo com o regimento que querem ver modificado, de agora em diante compete exclusivamente ao relator da Comissão de Sistematização a elaboração de substitutivos globais. O deputado José Geino (PT-SP) reagiu ener-

gicamente à proposta e disse que a modificação irá permitir que "a direitona entre como um rolo compressor na Constituinte, derrubando o substitutivo de Cabral". Mas o líder do PC do B, deputado Aldo Arantes, considera que "rolo compressor da direita não passa mais no plenário, que não mais aceita este tipo de manobra".

O autor do projeto justifica que o que pretende é permitir que os constituintes possam apresentar substitutivos livremente, sem a obrigatoriedade de aceitar o trabalho do relator Bernardo Cabral, "que também é um homem falível". Seguindo a tramitação normal, dentro de um mês o projeto deverá ser apreciado em plenário da Constituinte e precisará do voto favorável de 280 parlamentares para ser aprovado. "Nós conseguiremos facilmente aprová-lo", garantiu Alvaro Valle, que contará para tanto com o apoio do bloco comandado por Cardoso Alves, estimado em cerca de 330 membros.

Extremamente irritado, o relator Bernardo Cabral

considera que a intenção de mudar o regimento no sentido de lhe tirar a exclusividade de elaboração do substitutivo, como prevê o regimento que foi discutido por mais de dois meses, reflete a desconfiança ao relator. "Se essa é a idéia, é claro que eu não posso aceitar". Ele reafirmou sua disposição de não apoiar a proposta, apesar de não se articular para derrubá-la, e disse que manterá na Constituinte a imagem de homem sério, "que não se curva senão à sua consciência".

Cabral não quis vincular o projeto defendido por Alvaro Valle a manobras do Governo para ver aprovado substitutivo de seu interesse, mas lembrou que se isso vier a ocorrer, haverá fortes reações. Ele considera possível que o plenário acolha a modificação regimental, já que "nessa Casa — o Congresso — tudo pode acontecer".

O deputado Roberto Cardoso Alves, que também se considera "dono" do projeto de resolução, nega que haja desconfiança em relação a Bernardo Cabral, mas não concorda com o

regimento e reafirma a disposição de brigar por uma Constituição moderna e democrática, que não seja socialista. "Está certo que o relator Bernardo Cabral é um funil de tudo que está sendo debatido na Constituinte. Tudo bem, nós faremos um outro. O que deve ficar claro é que ninguém aqui vai votar o que não quer, muito menos entrar no funil da esquerda", arrematou Roberto.

Um outro projeto de Decisão, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) fixando em 15 de novembro de 1988 a data para realização de eleições diretas para escolha do sucessor do presidente José Sarney, deverá dar entrada na próxima semana na Comissão de Sistematização. O projeto já foi subscrito por mais de 180 parlamentares e se aprovado na Sistematização, vai a plenário da Constituinte para votação em dois turnos, com maioria absoluta, ou seja 280 votos favoráveis. Questionado sobre o parecer que dará à matéria, Bernardo Cabral limitou-se a comentar que "o projeto merece ser estudado".

## Napoleão ataca regime de gabinete

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) fez, na sessão de ontem da Constituinte, a defesa do presidencialismo, que considerou o sistema ideal de governo para o nosso País. A respeito, lembrou que em toda a nossa história republicana o regime foi essencialmente presidencialista, só que quebrado por uma curta e inconvincente experiência parlamentarista, na qual se reverteram três primeiros-ministros: Tancredo Neves (10 meses), Brochado da Rocha (dois meses) e Hermes Lima (quatro meses).

Lembrou, também, que na única vez em que o povo foi ouvido sobre o parlamentarismo, manifestou-se em peso pela volta do presidencialismo. E considerou uma incongruência que se pretenda eleger, de acordo com o projeto constitucional em tramitação, um presidente, que não vai governar, pelo voto indireto.

Em aparte, o deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), apoiou a mesma tese.

## Comissão definirá itens convergentes

Uma Comissão suprapartidária deverá funcionar, a partir da próxima semana, procurando identificar os pontos da Constituição que encontram convergência entre todas as correntes políticas e ideológicas e definindo aqueles itens cruciais que são objeto de divergências insanáveis, pelo menos até agora, com vistas a produzir um texto que represente resultado de um consenso.

Os vice-líderes do PMDB na Constituinte, Deputados Euclides Scalco (PMDB-PR) e Antônio Brito (PMDB-RS), estiveram, à tarde de ontem, em nome do presidente e do líder do PMDB na Constituinte, Ulysses Guimarães e Mário Covas, acertando com o líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso, alguns detalhes de articulação entre as lideranças para que a comissão suprapartidária seja instalada na próxima semana.

BUSCA DO CONSENSO  
Os Deputados Euclides Scalco e Antônio Brito afirmaram, após o encontro com Cardoso, que existe um clima de boa vontade

entre todas as lideranças partidárias na Constituinte para um entendimento que permita encontrar consenso para a maior parte da Constituição.

Scalco lembrou que o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, há 15 dias deflagrou os entendimentos no PMDB, estimulando suas lideranças a entrar em negociações com os demais líderes partidários visando a formar uma grande comissão suprapartidária para identificar, inicialmente, pontos de convergência, e tentar superar as divergências e, onde não for possível, remeter essas questões polêmicas para decisão pelo voto.

O Senador Fernando Henrique Cardoso, que defende essa tese dentro de seu partido há tempos, acredita que cerca de 90 por cento da Constituição não é matéria passível de controvérsia. Seria um arcabouço comum a qualquer Constituição democrática do mundo. O que for convergente deve ser inicialmente distinguido, o que for divergente é remetido para decisão pelo voto.

## Costamilan quer outra convenção

A instituição de uma assembléia nacional ordinária a realizar-se duas vezes no ano para definir a estratégia de ação e as diretrizes a serem cumpridas pelo PMDB e o Governo, será encaminhada aos líderes do partido pelo deputado Júlio Costamilan (PMDB-RS), ainda nesta semana, quando pretende argumentar que uma agremiação partidária do porte do PMDB, que tem a necessidade de coesão de todos os segmentos que o compõem, deve realizar duas convenções anuais.

O parlamento gaúcho vinha amadurecendo essa idéia já há algum tempo, mas, somente agora, após a convenção nacional do partido, ela se cristalizou. Costamilan, que pretende apresentar esta sugestão também aos diretórios regionais, falou sobre a assembléia nacional ordinária, depois de rápida avaliação sobre a convenção realizada no último domingo. Para o constituinte, o grande mérito da reunião com os convencionais do PMDB foi a unificação de setores do partido.

## Uma solução para dissídios

LUIZ JOSE GUIMARAES FALCAO \*  
Especial para o CORREIO

Percebe-se claramente que a tendência revelada pela Assembléia Geral Constituinte, até o presente momento é a de manter a tradição brasileira de dissídios coletivos serem dirimidos pela Justiça do Trabalho.

O atual sistema, vigente desde 1946, precisaria ser aperfeiçoado, pois o constituinte de 1946, temeroso de outorgar ampla competência normativa aos Tribunais do Trabalho condicionou a função criadora de normas e condições de trabalho, à existência de lei ordinária autorizando-a expressamente.

A posição do constituinte de 1946 se justificava, pois ainda era incipiente no Brasil a função legislante dos Tribunais do Trabalho e a tradição jurídica do País era no sentido de que o juiz aplica a norma, mas não a cria.

A realidade das relações trabalhistas revelaram, nos 40 anos de função normativa, a necessidade permanente de se instituir para os trabalhadores organizados em categorias profissionais normas jurídicas e condições de trabalho compatíveis com as atividades que exercem ou peculiares a determinadas re-

giões do País, função que não poderia ser exercida pelo legislador ordinário que não pode cuidar de detalhes e sim de aspectos gerais.

Por tal razão a função normativa dos Tribunais do Trabalho na solução de dissídios coletivos alcançou grande conteúdo social, pois inúmeros litígios foram resolvidos de forma satisfatória, mantendo-se a tranquilidade na área sindical.

A Justiça do Trabalho tinha a certeza de que a Assembléia Nacional Constituinte, reconhecendo a importância da competência normativa, a manteria com o aperfeiçoamento que se pedia de não mais condicioná-la à existência de lei ordinária, especificando as hipóteses de autorização para a criação de normas e condições de trabalho.

O condicionamento existente na atual Carta Magna tem impedido a Justiça do Trabalho de realizar uma atividade legislante fundada na equidade, na conveniência social e no interesse público, pois raras são as leis ordinárias que autorizam a função normativa da Justiça do Trabalho. Por tal razão, milhares de Recursos Extraordinários são interpostos para o Supremo a pretexto de inexistência da lei ordiná-

ria exigida pela Carta Magna.

O artigo 222 do anteprojeto em debate na Comissão de Sistematização estabelece em seu parágrafo 3º uma condição pior do que a atual, pois condiciona a instauração da instância para o dissídio coletivo à existência da lei ordinária. No momento em que a nova Constituição entrar em vigor, nenhum processo de dissídio coletivo poderá ser instaurado até que a Comissão de Transição criada pelo art. 452 proponha dentro dos seis meses de sua existência constitucional, as medidas legislativas determinadas pelo parágrafo 3º do artigo 222 do anteprojeto.

Impõe-se a instituição da competência normativa sem as grandes dificuldades atualmente existentes decorrentes da exigência de lei ordinária especificando as hipóteses em que se poderá criar normas e condições de trabalho ou da exigência, ainda pior, de lei autorizando a instauração do processo de dissídio coletivo constante do § 3º do art. 222 do anteprojeto em debate na Comissão de Sistematização.

\* Ministro Luiz José Guimarães Falcao, corregedor-geral da Justiça do Trabalho.